

SEMINÁRIO - DISCUTINDO O 25 DE JULHO: O QUE EU TENHO A VER COM ISSO? O FEMINISMO NEGRO NA UFPEL

MARCELA LIMA DE MORAES¹; ISADORA CARDOSO CALEIRO; FÁBIO DOS
SANTOS GONÇALVES³; ORIENTADORA ROSEMAR GOMES LEMOS⁴.

¹ Centro de Letras e Comunicação, UFPel – cela.liima04@gmail.com

² Faculdade de Direito, UFPel – iza_cardoso99@hotmail.com

³ Faculdade de Direito, UFPel - adv.fabiosg@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Pelotas – rosemar.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise das edições do evento: “Discutindo 25 de Julho: O que eu tenho ver com isso?” realizado por meio do NUAAD (Núcleo de Ações Afirmativas) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Valendo-se como base os relatórios dos processos seletivos de cotas raciais (L2, L6, L10 e L14), folhas de avaliação fornecidas aos participantes do Evento e questionários online gerados justamente para que alunos, professores e servidores da UFPEL pudessem pontuar qual o seu entendimento sobre o tema no interior por da referida Instituição de Ensino Superior (IES).

O Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade (NUAAD), vinculado à Coordenação de Inclusão e Diversidade (CID) tem a função de gerenciar as vagas ocupadas por cotistas ou direcionadas a esses, garantindo a penalização no caso de fraude ou análise equivocada do candidato quanto ao seu fenótipo, além de proporcionar atividades educativas, informativas e eventos que permitam a inclusão jovens sujeitos de direito às cotas raciais na Universidade. As cotas raciais estão presentes na Universidade desde o ano de 2013, pela lei 12.711, a qual garante a reserva de 25% das matrículas por curso e turno para negros, pardos, indígenas e quilombolas nas escolas públicas federais de nível médio e técnico.

Segundo os dados da pesquisa “Estatística de gênero” realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a mulher branca faz parte de 23,5% da população de 25 anos ou mais com o ensino superior completo, enquanto a mulher preta ou parda faz parte de apenas 10,4% deste índice. Pode-se afirmar que uma das justificativas para esse resultado seria que, apesar das discussões sobre machismo e racismo terem ganhado mais espaço na sociedade brasileira, grande parte das mulheres negras ainda tendem a permanecer em serviços domésticos, além de serem as que mais sofrem violências e exclusão, tanto por serem mulheres, quanto por serem negras.

Nesta perspectiva, o NUAAD considerou pertinente a realização de eventos que tratassem desta temática no âmbito do ensino superior. Numa parceria entre NUAAD e o Grupo de Extensão e Pesquisa Design, Escola e Arte (DEA) foi realizada a primeira edição em 2017, tratando de diferentes temáticas. A data escolhida foi 25 de julho a fim de remeter o evento que é celebrado desde 1992 por deliberação do 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Caribenhas. No Brasil, em 2014, a data foi instituída por lei também como o Dia Nacional de Tereza de Benguela – primeira liderança feminina quilombola reconhecida pelo Estado brasileiro.

No Seminário as falas foram protagonizadas, em sua maioria, por mulheres negras. Ao verificar-se que o evento foi bem sucedido vistas as várias representações presentes e grande número de alunos decidiu-se por realizar a segunda no ano de 2018. Neste ato trazendo também para discussão questões relacionadas às mulheres Transgênero. Formou-se uma parceria entre Grupo DEA, NUAAD e NUGEN (Núcleo de Gênero/UFPEl) e foram convidadas a palestrar duas mulheres “trans”. Desta feita, têm-se como objeto de estudo duas edições, nas quais o Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade/CID fizeram parte da organização.

Na primeira edição, em 2017, as temáticas abordadas por meio de palestras e rodas de conversas, foram “A Mulher Negra na Educação e no Empreendedorismo” e “A Mulher Negra na Tecnologia e no Ativismo”, já na sua segunda edição além de serem reforçados alguns assuntos foram inseridos temas referentes à “Violência Doméstica”; “Saúde Mental” e “Ícones Negros”.

Assim que, a promoção evento suscitou uma investigação acerca da importância da realização de Seminários destinados à mulheres negras, especialmente as pertencentes à Universidade Federal de Pelotas (enquanto alunas, servidoras públicas ou terceirizadas) e da relevância da promoção das ações afirmativas, enquanto “medicamentos de efeito imediato”, instigando a reflexão e a abordagem de assuntos cotidianos para essas mulheres.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa detém método indutivo, tendo como fontes parâmetros de análise das duas edições do evento Discutindo o 25 de Julho: O que eu tenho a ver com isso? Com resultado nas teorias e práticas que conceituam a temática de visibilidade e políticas na inserção da mulher negra na sociedade, principalmente no espaço interno da Universidade Federal de Pelotas.

A metodologia utilizada para coleta de dados foi: um questionário semiestruturado, inserido na ferramenta online Google Drive, por meio do Google Docs. Com suporte dos dados coletados. Foi realizada uma análise mista (qualitativa) das respostas, objetivando confrontar as mesmas com os dados existentes nos Relatórios de candidatos à UFPEl por cotas raciais entre o primeiro semestre de 2017 e primeiro semestre de 2018, elaborando assim estatísticas. Levando em conta esses dois anos de evento na UFPEl, o presente trabalho visa investigar o entendimento de todos os grupos integrantes do sistema acadêmico, acerca do tema, certamente contribuindo para a avaliação da política pública que objetiva corrigir uma defasagem histórica de acesso destas mulheres negras ao ensino superior.

O apoio da sistematização das ações realizadas pelos bolsistas no Núcleo de Ações Afirmativas no sentido de divulgar e promover um acontecimento direcionado às mulheres negras de modo que fosse acessível às mesmas, se não presencial, através das redes sociais (Facebook ao vivo), foi de suma importância, fomentando estudos dos temas gerais que abarcam essas mulheres, discussões e dificuldades encontradas, compondo gradualmente um sistema de alavanca e negligência a mulher negra na Universidade Federal de Pelotas e que o seu espaço esteja realmente estabelecido nesta instituição.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação do direito à igualdade racial há de ser um imperativo ético-político-social capaz de enfrentar o legado discriminatório que tem negado à

metade da população brasileira o pleno exercício de seus direitos e liberdades fundamentais. É assim que as Ações Afirmativas se estabelecem e se fortificam no âmbito social e também, gradualmente nas universidades.

No que se refere aos dados obtidos a respeito das mulheres negras, no Brasil, o Mapa da Violência de 2015 demonstra que no período 2003-2013, as principais vítimas da violência de gênero foram meninas e mulheres negras, com queda na evolução das taxas de homicídio de mulheres brancas – de 3,6 para 3,2 por 100 mil – e crescimento nas taxas de mulheres negras – de 4,5 para 5,4 por 100 mil –, com prevalência entre 18 e 30 anos de idade e maior incidência de mortes causadas por força física, objeto cortante/penetrante ou contundente, e menor participação de arma de fogo (GELÉDES, 2018).

Embora as mulheres negras andem por uma rota alternada por batalhas e vitórias, estabelecida pelos seus ancestrais, ainda enfrentam dificuldades de colocar em prática todo esse conhecimento da história e apropriação da mesma. No entanto, ser mulher negra faz parte de uma construção coletiva, que não se dá apenas por meio de pesquisas ou livros, às vezes essa transformação se dá após a experiência vivida. Há urgência nessas necessidades, e tendo compreensão disso, o NUAAD promove ações para que todos possam também conhecer histórias, enquanto mulheres negras e requererem sua ancestralidade enquanto mulheres desta etnia, tornando-as visíveis em seus meios e, posteriormente, no mundo.

O evento “Discutindo o 25 de julho: O que eu tenho a ver com isso?”, foi uma das formas encontradas para promover a inclusão e respeito aos alunos cotistas, em especial, mulheres negras. Em suas duas edições, somaram mais de 290 pessoas inscritas nos eventos, tendo como principais meios de divulgação, a internet, rádios da cidade de Pelotas e os jornais locais, além de cartazes fixados pelos campus da Universidade e no bairro centro.

Segundo dados fornecidos pelos Relatórios do NUAAD (NUAAD, 2018), em 2018/1 ingressaram na UFPEL 256 mulheres negras, pardas, indígenas e quilombolas em mais de 70 cursos ofertados pela universidade. Neste mesmo ano, no mês de agosto, um formulário foi apresentado à comunidade acadêmica através das redes sociais. No que se refere aos resultados encontrados: 91,9% das pessoas que responderam, eram estudantes, 62,2% sabiam o que são as Ações Afirmativas e 16,2% julgavam desnecessário o sistema de cotas na universidade, 50% das pessoas que responderam o questionário, se autodeclararam mulheres pretas.

Tais resultados já nos permitem afirmar que as políticas afirmativas corroboram com o pensamento de que a educação, mais do que outras formas de reação ao racismo, é capaz de empoderar mulheres negras de maneira que possam competir em pé de igualdade por oportunidades e melhores condições de vida. Além disso, são capazes de construir um histórico familiar, e por que não também comunitário, de inserção nas universidades, incentivando assim as novas gerações a buscarem os mais altos níveis de estudo.

4. CONCLUSÕES

Com base nos dados coletados até o momento, percebe-se a necessidade de dar continuidade às ações que deem conta de pensar no impacto subjetivo do imaginário social da comunidade acadêmica frente à atual conjuntura das cotas. Nesse sentido, faz-se pertinente a reflexão que, os envolvidos nesse processo deveriam realizar, pois não seria mais abrangente e eficaz colocar-se no lugar do outro, entendendo suas dificuldades históricas e atuais?

Mesmo já tendo ocorrido duas edições do evento, percebe-se o quanto ainda é necessário o empoderamento das mulheres negras que vivem na cidade de Pelotas, incluindo estudantes das universidades e a população local.

A partir desta demanda sugere-se ao NUAAD a continuidade da realização de eventos deste tipo, com o objetivo de informar e/ou conscientizar seus participantes, a fim de que conscientes e unidos desenvolvam ações que permitam a redução das injustiças sociais pelas quais o povo negro tem vivido, além de construir conhecimento acerca das particularidades nas questões de gênero inerentes às mulheres negras e as responsabilidades de todos na luta por uma sociedade mais igualitária.

Por fim, acredita-se que, os resultados dessa pesquisa permitirá conhecer o pensamento da comunidade acadêmica sem usá-la para defender ou negar a necessidade de cotas mas, para tratar-se efetivamente da educação da mesma, reconhecendo os avanços estabelecidos nas esferas sociais, nos discursos dos sujeitos e a real importância dos movimentos que dão força para que as demandas da negritude na Universidade Federal de Pelotas tenham visibilidade e sejam sanadas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. IBGE. **Estatísticas de Gênero, 2013**. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Acessado em 31 de agosto. Online. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?edicao=20164&t=sobre>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **25 de Julho: Celebração e Reflexão Sobre a Luta das Mulheres Negras**. Acessado em 31 de agosto de 2018. Online. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2016/julho/25-de-julho-celebracao-e-reflexao-sobre-a-luta-das-mulheres-negras-1>.

GELEDES, Instituto da Mulher Negras. **Pesquisa Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números**. São Paulo, 07 de março de 2017. Acessado em 31 de agosto de 2018. Online. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pesquisa-mulheres-negras-e-violencia-domestica-decodificando-os-numeros-e-book/>.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas**. Revista Estudantil Feminista, vol.16 n°3. Florianópolis Sept./Dec. 2008 Acessado em: 30 de agosto de 2018. Online. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300010.

PIOVESAN, Flávia; SOUZA, Douglas. **Ordem jurídica e igualdade étnico-racial**. São Paulo: Lumen Juris, 2008.